



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

Fis. 142
Prot. E. 2578721
Rub. 910
Proc.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO

- 1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo subsidiar o processo licitatório, determinando as condições que disciplinarão a aquisição de produtos para compor o Kit Higiene/COVID, conforme estabelecido neste instrumento e seus apêndices.

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico, Apêndice "A" do presente termo.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 3.1. Os itens que compõe o objeto da licitação têm a natureza comum, pois pode ser objetivamente especificado por meio de padrões usuais no mercado, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei Federal nº 10.520/02, c/c inciso II do art. 3º do Decreto nº 10.024/19.
- 3.2. O objeto do presente Termo de Referência é a aquisição de produtos para compor o Kit Higiene/COVID, conforme descrição elencada abaixo e na Proposta de Preços (Anexo I do edital):

Item	Código Produto	Produto / Serviço	Unidade	Quantidade Total
1	57919	SQUEEZE 300 ML	UNID.	3110
2	57903	ÁLCOOL EM GEL 70 % 50 ML - FRASCO	FRASCO	3110
3	57904	SABONETE LÍQUIDO 100 ML - FRASCO	FRASCO	3110
4	57921	TOALHA DE MÃO	UNID.	3110
5	57905	MÁSCARA DE TECIDO	UNID.	6220
6	57906	SACOLA TIPO MOCHILA	UNID.	3110

- 3.3. Os respectivos códigos CATMAT dos itens estão discriminados no Apêndice "C" do presente termo.
- 3.4. A contratação objeto deste Termo de Referência será realizada por meio de procedimento, na modalidade **Pregão**, na forma eletrônica, terá como tipo o "**Menor Preço**" e como critério de julgamento o valor do item.

4. REQUISITOS NECESSÁRIOS

- 4.1. A licitante deverá comprovar capacidade técnica através da apresentação da seguinte documentação:

Handwritten signature in blue ink.



4.1.1. Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante tenha executado serviços com características pertinentes e compatíveis ao objeto da presente licitação.

- a) Para atender o disposto acima é necessário que o Atestado permita a identificação da pessoa que o está emitindo, portanto, deverá ser apresentado em papel timbrado do emitente ou conter razão social, CNPJ, endereço, telefone e com identificação do signatário e assinatura do responsável legal;
- b) No caso de atestado emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente;
- c) Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa proponente;
- d) Apresentar, preferencialmente, somente os atestados necessários e suficientes para a comprovação da qualificação técnica exigida e, se possível, indicar com marca textos os itens que comprovarão as exigências.

4.2. A contratada deverá possuir habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista, conforme artigo 27 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

5. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1.** A Contratada deverá entregar os materiais que compõe o Kit Higiene/COVID de forma parcelada de acordo com as condições e necessidades do Contratante, conforme solicitação da Autorização de Fornecimento(AF) emitida pela Secretaria solicitante;
- 6.2.** Os itens deverão ser entregues, rigorosamente, dentro das especificações estabelecidas no Termo de Referência, na proposta vencedora e no instrumento contratual, com qualidade e esmero, implicando a não observância dessa condições na recusa dos mesmos, sem prejuízo das sanções administrativas aplicáveis, não se responsabilizando o Município de Dourados/MS por qualquer indenização;
- 5.3.** A Secretaria fiscalizará obrigatoriamente a execução do Contrato, afim de verificar se o seu desenvolvimento estão sendo observadas as especificações e demais requisitos nele previstos,

[Handwritten signature]



reservando-se o direito de rejeitar os itens que, a seu critério, não forem consideradas satisfatórios;

- 5.4. A Contratada arcará com todas as despesas de todos os impostos, taxas, entre outras necessárias, não cabendo a este órgão qualquer responsabilidade sobre os mesmos;
- 5.5. Todas as despesas relativas à entrega dos materiais ficarão a cargo da Contratada. Caso ocorra atraso em justificativa acatada por escrito pela Administração, sujeitar-se-á a Contratada as penalidades impostas pela legislação vigente;
- 5.6. A impossibilidade de entrega no prazo contratado deverá ser justificada por escrito e encaminhada para apreciação do Contratante, sendo que a falta de tal justificativa sujeitará a Contratada as penalidades previstas na legislação vigente;

6. ENTREGA DOS MATERIAIS

- 6.1. Os materiais objeto deste termo serão entregues no Almoxarifado, da Secretaria Municipal de Assistência Social, na Rua Monte Alegre, nº 3.657 – Jardim Paulista;
- 6.2. As entregas deverão ser feitas dentro do horário de expediente do Almoxarifado da SEMAS, de segunda a sexta feira, das 7:00h. às 13:00h.;
- 6.3. Os materiais devem ser entregues em até 05 (cinco) dias, a contar a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento (AF);
 - 6.3.1. A impossibilidade de entrega no prazo contratado deverá ser justificada por escrito e encaminhada para apreciação da Contratante;
 - 6.3.2. Caso ocorra atraso sem justificativa acatada por escrito pela Contratante, a Contratada estará sujeita às penalidades impostas pela legislação vigente;
- 6.4. Todas as despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta da Contratada;
- 6.5. Os materiais deverão ser entregues devidamente acompanhados dos documentos fiscais respectivos (Nota Fiscal e/ou Fatura), de acordo com a Autorização de Fornecimento (AF), devendo constar o número do Contrato, os materiais, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

- 7.1. Os materiais serão recebidos por servidor integrante da comissão permanente de recebimento de mercadorias, em conformidade com o art. 73, II, da Lei Federal nº. 8.666/93, da seguinte forma:
 - a) Provisoriamente: após simples conferência das especificações técnicas e demais características exigidas no edital da licitação e definidas na Proposta de Preços e no presente instrumento;
 - b) A aceitação do material somente será efetuada após o mesmo ter sido considerado satisfatório pela Comissão de Recebimento designada especialmente para este fim,



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

Fis. 151
Prot. E. 2340/21
Rub. 2120
Proc.

sendo que a não observância das condições estabelecidas, implicará na não aceitação do mesmo, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou pedido de indenização por parte da inadimplente;

- c) Não será aceito material divergente quanto à especificação informada na Proposta de Preços da CONTRATADA;
- d) Detectando-se alguma anormalidade como defeitos ou imperfeições nos materiais, estes serão relacionados e entregues à CONTRATADA para adoção das medidas cabíveis a fim de sanar os problemas, podendo A CONTRATANTE rejeitá-los, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- e) Na hipótese de substituição, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data de Notificação;
- f) Essa Notificação interrompe os prazos de recebimento e de pagamento até sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério da CONTRATANTE poderá ser renovado, sem prejuízo das penalidades pelo atraso inicial;
- g) A CONTRATADA será responsável pela substituição ou reposição do material que porventura seja entregue com defeito, danificado ou não compatível com as especificações, sem ônus para a CONTRATANTE, mantido o preço inicialmente contratado.

7.2. O Termo de Recebimento Definitivo não eximirá a Contratada das obrigações definidas no Código Civil Brasileiro em vigor, bem como no art. 69 da Lei Federal nº 8.666/93, e demais exigências legais.

7.3. Relativamente ao disposto na presente cláusula, aplica-se subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor estimado para a aquisição dos itens que comporão o Kit Higiene/COVID é de **R\$ 84.436,50 (oitenta e quatro mil quatrocentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos).**

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária.

11.02 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.702 - Programa de Exec. Gestão Monit. e Fisc. dos Serviços Soc. de Prev.

2168 – Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade

33.90.32.00 – Material de Distribuição Gratuita

2169 – Proteção Social Básica

33.90.32.00 – Material de Distribuição Gratuita

Helizete



10. OBRIGAÇÃO DAS PARTES

10.1. Obrigações da Contratada:

- I. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços;
- II. Arcar com todas as despesas operacionais, necessárias à entrega do objeto da licitação;
- III. Dar ciência a Secretaria Municipal de Assistência Social, imediatamente, e por escrito, de qualquer anormalidade verificada na integra solicitada;
- IV. Executar a entrega através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho das funções, podendo o Município exigir a retirada daquelas cuja conduta seja julgada inconveniente, obrigando-se, também, a indenizar o Município por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem;
- V. Realizar os serviços de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, dentro do prazo, locais e quantidades estabelecidas neste Termo;
- VI. Observar as prescrições emanadas do agente da Administração designado para acompanhar a entrega dos materiais;
- VII. Ser zeloso na entrega, de maneira a não pôr em risco à saúde dos seus agentes e servidores;
- VIII. A adjudicatária deverá responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- IX. A adjudicada deverá responsabilizar-se por qualquer acidente que venha ocorrer com seus empregados;
- X. Substituir os materiais rejeitados, às suas expensas, sob pena de aplicação de sanções cabíveis.

10.2. Obrigações da Contratante:

- I. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão, ou servidor especialmente designado;
- II. Aplicar a Contratada as sanções regulamentares e contratuais;
- III. Atestar as notas fiscais/faturas correspondentes aos serviços referente ao objeto deste Termo de Referência;
- IV. Comunicar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- V. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecida no Edital e seus anexos;

Olivia



- VI. Elaborar as Autorizações de Fornecimento, determinando as quantidades a serem adquiridas;
- VII. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e revisões da mesma;
- VIII. Proporcionar a Contratada as facilidades necessárias afim de que possa desempenhar normalmente a entrega dos materiais;
- IX. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 11.1.** Nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 11.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 11.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**.
- 11.4.** A disciplina das sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela prevista no edital, no Contrato e legislações correlata.

12. VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 12.1.** Os contratos regidos pela Lei 14.217, de 13 de outubro de 2021 terão prazo de duração de até 06 (seis) meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, desde que vantajosos, e enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento da pandemia da Covid-19.
- 12.2.** No caso da execução do Contrato ultrapassar o exercício financeiro vigente, as despesas efetuadas no próximo exercício correrão por conta do respectivo orçamento da mesma programação financeira.

Blitz



13. PAGAMENTO E REAJUSTE

13.1. O pagamento será efetuado parceladamente em favor da adjudicatária por meio de Ordem Bancária em até 30 (trinta) dias, após entrega e aceite definitivo dos produtos e mediante apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente; juntamente com as certidões negativas de débito União, Estado e Município, devendo para isso ficar especificado, o nome do banco, agência com a qual opera, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o Crédito.

13.2. Deverá constar o número do Empenho na Nota Fiscal a ser emitida.

13.3. A Contratada deverá, obrigatoriamente, encaminhar os seguintes documentos quando da entrega:

- I. **03 (três) vias da AF** encaminhada pela Contratante, que deverão estar devidamente assinadas pela empresa em local apropriado;
- II. **Nota Fiscal** gerada pelo fornecimento das quantidades de materiais entregues solicitadas na AF. Caso a quantidade entregue seja menor da requerida na AF pela Contratante, a Contratada deverá informar por escrito, o motivo da não execução dos serviços solicitados, os quais serão analisados pela Secretaria e posteriormente será informado à mesma sobre a decisão;
- III. **Certidões Negativas de Débitos:** da União (Secretaria de Receita Federal, INSS e FGTS), do Estado e Município (IPTU e ISS) e Certidão de Débitos Trabalhistas (Justiça do Trabalho). Todas as certidões deverão estar dentro do prazo de validade.
 - a) No caso da Contratada ser optante do SIMPLES, deverá apresentar juntamente com a nota fiscal a declaração em obediência ao inciso XI do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11/01/2012, e Anexo IV da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.244, de 30/01/2012, conforme modelo apresentado no Apêndice "B", devidamente assinada pelo responsável e no original;
 - b) A falta de um dos documentos solicitados no item anterior poderá implicar no não recebimento dos serviços e, consequentemente da nota fiscal.

14. FUNDAMENTO LEGAL

14.1. Este Termo foi elaborado obedecendo ao disposto nas normas e procedimentos administrativos da Lei nº 14.217, de 13 de outubro de 2021, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 3.447, de 23 de fevereiro de 2005, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, Lei Complementar nº 331, de 03 de julho de 2017 e alterações e ainda da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e constitui peça integrante, indispensável e inseparável do processo licitatório vinculando-se ao edital e seus anexos.

Obito



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

Fis. 155
Prot. E. 2348121
Rub. 1110
Proc.

15. DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

15.1. Por fim, registra-se que o presente Termo foi elaborado pelo(a) servidor(a) Erico da Cruz Lira, matrícula funcional nº 73689068-2, na qual ratifica as informações nele contidas atestando sua veracidade, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, sendo submetido à consideração e aprovação pelo Ordenador de Despesa, visando à instauração do processo licitatório.


Érico da Cruz Lira
Núcleo de Compras e Contratos

16. DA AUTORIZAÇÃO

16.1. Com fundamento no art. 38 da Lei Federal nº 8.666/93, aprovo o presente Termo de Referência e as justificativas apresentadas no Apêndice "A" e autorizo o encaminhamento para abertura do processo licitatório.


Elizete Ferreira Gomes de Souza
Secretária Municipal de Assistência Social



APÊNDICE "A"

JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO

A contratação se faz necessário para atender os grupos participantes dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, PAIF e atividades desenvolvidas nos Equipamentos da Proteção Social Básica e em atenção à população em situação de rua e em trânsito atendidas pelas equipes da Proteção Social Especial na prevenção ao contágio da COVID-19, uma vez que a pandemia ainda é muito preocupante à medida que os números crescem e diminuem de maneira desordenada e não há uma previsão de quando voltaremos à “normalidade”.

Referente ao **Pedido de Licitação nº 26/2021 e Protocolo Eletrônico nº 2978/2021** a contratação se dará por meio do **Fundo Municipal de Assistência Social-FMAS** em atendimento a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Considerando que a Organização Mundial da Saúde, declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto de coronavírus constitui uma Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

Considerando que o Ministério da Saúde declarou, por meio da Portaria 188 de 3 de fevereiro de 2020, Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional, em decorrência de infecção humana pelo Covid-19;

Considerando a **Portaria nº 369**, de 29 de abril de 2020 que dispõe acerca do repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede do Sistema Único de Assistência Social-SUAS, no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional-ESPIN, em decorrência de infecção humana pelo novo coronavírus, Covid-19;

Considerando a Lei nº 14.217, de 13 de outubro de 2021 que dispõe sobre medidas excepcionais para a aquisição de bens e de insumos e para a contratação de serviços, inclusive de engenharia, destinados ao enfrentamento da pandemia da Covid-19.

Considerando a relevância dos serviços socioassistenciais de proteção, orientação, apoio e atendimentos a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social afetados pela situação, de forma a permitir a esse público condições adequadas de alojamento, isolamento, provisões e outras demandas que atendem às determinações sanitárias, proteção, prevenção e mitigação de riscos quanto a infecção ou disseminação do coronavírus.


Elizete Ferreira Gomes de Souza

Secretária Municipal de Assistência Social



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

Fls. 157
Prot. E. 2530/21
Rub. 9111
Proc.

APÊNDICE "B"

MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE DO INCISO IV
DO ART. 4º

(Redação dada pela Instrução Normativa RFB n.º 1.244, de 30 de janeiro de 2012) (Vide art. 3º da
IN RFB n.º 1.244/2012)

Prefeitura Municipal de Dourados

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o n.º..... DECLARA à
Prefeitura Municipal de Dourados, para fins de não incidência na fonte do Imposto sobre a Renda
da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição
para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se
refere o art. 64 da Lei n.º 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime
Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e
Empresas de Pequeno Porte - **Simples Nacional**, de que trata o art. 12 da Lei Complementar n.º
123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I. Preenche os seguintes requisitos:

- a) Conserva em boa ordem, pelo prazo de 05 (cinco anos), contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- b) Cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II. O signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à entidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei n.º 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei n.º 2.848 de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei n.º 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data

Assinatura do Responsável



APÊNDICE "C"

17. CÓDIGO DO ITEM NO CATMAT/CATSER (COMPRASNET)

N&A	COMPRAS NET	ITEM	MEDIDA
57919	397292	SQUEEZE 300 ML	UNIDADE
57903	395734	ÁLCOOL EM GEL 70 % 50 ML - FRASCO	FRASCO
57904	472873	SABONETE LÍQUIDO 100 ML - FRASCO	FRASCO
57921	467237	TOALHA DE MÃO	UNIDADE
57905	470061	MÁSCARA DE TECIDO	UNIDADE
57906	473156	SACOLA TIPO MOCHILA	UNIDADE

DO MODO DE DISPUTA E DISPONIBILIDADE DO VALOR

17.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"aberto e fechado"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

17.2. O valor estimado ou valor máximo aceitável para a contratação não será sigiloso.

18. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO À ME/EPP/MEI E PREFERENCIA A LOCAIS E REGIONAIS

18.1. A licitação será exclusiva para Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, nos termos do art. 60 da Lei Complementar Municipal nº 341, de 19 de março de 2018.

Aplicável (X)

Não Aplicável ()

18.2. Será aplicada reserva de cota, conforme benefício estabelecido no art. 62 da Lei Complementar Municipal nº 341, de 19 de março de 2018.

Aplicável ()

Não Aplicável (X)

Justificativa: Conforme benefício estabelecido no Art. 62 da Lei Complementar nº. 341.

18.3. Será concedida margem de preferência para MPE sediadas local ou regionalmente a esta licitação, conforme benefício estabelecido no art. 67 da Lei Complementar Municipal nº 331/17 e alterações.

Aplicável (X)

Não Aplicável ()

Justificativa: será aplicado o benefício, já que o valor ultrapassa R\$ 80.000,00. Conforme art. 67 da Lei Complementar Municipal nº 331/17 e alterações a Administração Pública Municipal poderá, estabelecer prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

Fls. 159
Prot. E. 2978121
Rub. 312
Proc. _____

sediadas no local, até o limite de 15% (quinze por cento) do melhor preço válido, ou, sediadas regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

18.4. Será exigida a subcontratação de ME ou EPP ou MEI, conforme estabelecido no art. 61 da Lei Complementar Municipal nº 341, de 19 de março de 2018.

Aplicável ()

Não Aplicável (X)